

GRUPO I – CLASSE I – Plenário

TC 018.579/2014-0 [Apensos: TC 001.980/2023-8, TC 001.977/2023-7, TC 001.981/2023-4, TC 001.978/2023-3, TC 001.982/2023-0, TC 001.979/2023-0]

Natureza: I - Recurso de Revisão (Tomada de Contas Especial).

Recorrente: Tânia Maria Lacerda Maia (105.075.583-91).

Interessado: Universidade Federal do Ceará (07.272.636/0001-31).

Representação legal: Tirshen Maia Martins (26.333/OAB-CE), representando Tânia Maria Lacerda Maia.

SUMÁRIO: TOMADA DE CONTAS ESPECIAL. UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. IMPUGNAÇÃO DE DESPESAS. CONTRATO DE FORNECIMENTO, TRANSPORTE E ENTREGA DE REFEIÇÕES PARA ATENDER AOS RESTAURANTES UNIVERSITÁRIOS DOS CAMPI DE FORTALEZA, SOBRAL, QUIXADÁ E CARIRI. ALEGAÇÕES DE DEFESA INSUFICIENTES PARA AFASTAR AS FALHAS. CONTAS IRREGULARES. DÉBITO SOLIDÁRIO. MULTA. INABILITAÇÃO. RECURSO DE RECONSIDERAÇÃO. ARGUMENTOS INSUFICIENTES PARA REFORMA DO JULGADO. CONHECIMENTO E NEGATIVA DE PROVIMENTO. RECURSO DE REVISÃO. DUAS SENTENÇAS COMO DOCUMENTOS NOVOS. ABSOLVIÇÃO POR FALTA DE PROVA. NÃO VINCULAÇÃO DAS INSTÂNCIAS CÍVEL E PENAL À ADMINISTRATIVA. CONHECIMENTO DO RECURSO. NÃO PROVIMENTO.

RELATÓRIO

Por registrar as principais ocorrências havidas no andamento do processo até o momento, resumindo os fundamentos das peças acostadas aos autos, adoto como relatório, com os ajustes necessários, a instrução da unidade responsável pela análise da demanda (peça 295), que contou com a anuência do seu corpo diretivo (peça 296) e do Ministério Público junto ao TCU (peça 297):

“INTRODUÇÃO

1. Trata-se de recurso de revisão interposto por **Tânia Maria Lacerda Maia** (peças 281 a 285) contra o Acórdão 2.292/2019-TCU-Plenário (peça 128), de relatoria do Ministro Augusto Sherman.

1.1. A deliberação recorrida apresenta o seguinte teor:

‘VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Universidade Federal do Ceará (UFC), em razão de possível fraude e superfaturamento na execução contratual referente à Dispensa de Licitação 83/2011 promovida para o fornecimento de refeições aos alunos dos Campi de Fortaleza (Pici, Benfica e Labomar), Quixadá, Cariri e Sobral,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. rejeitar parcialmente as alegações de defesa apresentadas pelos Srs. Tânia Maria Lacerda Maia (105.075.583-91), Joana D’Arc Cabral Figueiredo (204.911.743-49), Luís Carlos Uchoa Saunders (001.149.103-59), Maria Clarisse Ferreira Gomes (102.706.123-00) e pela empresa Multemprex Comércio e Serviços de Alimentação, Eventos, Informática e Audiovisual Ltda. -

EPP (12.985.431/0001-33);

9.2. excluir do rol de responsáveis destas contas Valderi Dias Ferreira Filho (273.189.073-87);

9.3. julgar irregulares, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas 'b' e 'c', §2º, 19, caput, e 23, inciso III, da Lei 8.443/92, as contas de Luís Carlos Uchoa Saunders (001.149.103-59), Maria Clarisse Ferreira Gomes (102.706.123-00), Joana D'Arc Cabral Figueiredo (204.911.743-49), Tânia Maria Lacerda Maia (105.075.583-91) e da empresa Multempres Comércio e Serviços de Alimentação, Eventos, Informática e Audiovisual Ltda. - EPP (12.985.431/0001-33) e condená-los, solidariamente, ao pagamento das quantias a seguir discriminadas, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea 'a', do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres da Universidade Federal do Ceará (UFC), atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir das respectivas datas, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:

Data	D/C	Valor (R\$)
13/10/2011	D	25.017,12
13/10/2011	D	34.272,00
18/11/2011	D	91.378,70
22/11/2011	D	26.049,30
9/12/2011	D	13.306,20
18/1/2012	D	324.947,50
18/1/2012	D	8.610,00
1/2/2012	D	78.544,00
1/3/2012	D	45.696,00
1/3/2012	D	2.923,20
1/3/2012	D	6.174,00
5/3/2012	D	338.300,30
7/12/2012	D	135.341,00
12/5/2012	C	56.574,59
12/5/2012	C	59.894,54
12/5/2012	C	17.751,55
12/5/2012	C	171.500,98
12/6/2012	C	130.823,40
12/7/2012	C	72.258,10
12/8/2012	C	54.168,73
25/8/2012	C	19.411,84
12/9/2012	C	42.000,00
12/9/2012	C	21.222,60

9.4. aplicar individualmente aos responsáveis abaixo indicados a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, nos valores a seguir discriminados, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovarem, perante o Tribunal, o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, sob pena de cobrança judicial do valor atualizado monetariamente, na forma da legislação em vigor, desde a data deste acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento:

Responsável	Valor da Multa (R\$)
--------------------	-----------------------------

Luís Carlos Uchoa Saunders (001.149.103-59)	100.000,00
Maria Clarisse Ferreira Gomes (102.706.123-00)	80.000,00
Joana D'Arc Cabral Figueiredo (204.911.743-49)	80.000,00
Tânia Maria Lacerda Maia (105.075.583-91)	50.000,00
Multempres Comércio e Serviços de Alimentação, Eventos, Informática e Audiovisual Ltda. - EPP (12.985.431/0001-33)	100.000,00

9.5. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/92, a cobrança judicial da dívida, caso não atendida a notificação;

9.6. considerar graves as infrações cometidas pelos Srs. Luís Carlos Uchoa Saunders (001.149.103-59) e Joana D'Arc Cabral Figueiredo (204.911.743-49);

9.7. inabilitar os responsáveis referidos no subitem 9.6 retro para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração Pública Federal pelo período indicado na tabela a seguir, nos termos do art. 60 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 270 do Regimento Interno/TCU:

Responsável	Período
Luís Carlos Uchoa Saunders (001.149.103-59)	6 anos
Joana D'Arc Cabral Figueiredo (204.911.743-49)	5 anos

9.8. dar ciência à Universidade Federal do Ceará -UFC que devem ser mantidas definitivas as retenções promovidas nos pagamentos realizados, no exercício de 2012, à Multempres Comércio e Serviços de Alimentação, Eventos, Informática e Audiovisual Ltda. - EPP (12.985.431/0001-33);

9.9 remeter cópia deste Acórdão, com fundamento no art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 209, § 7º, do RI/TCU, à Procuradoria da República no Estado do Ceará, para adoção das medidas que entender cabíveis.'

HISTÓRICO

2. Em exame, tomada de contas especial (TCE) instaurada pela Universidade Federal do Ceará (UFC), em razão de possível fraude e superfaturamento na execução contratual referente à Dispensa de Licitação 83/2011, promovida para o fornecimento de refeições aos alunos dos Campi de Fortaleza (Pici, Benfica e Labomar), Quixadá, Cariri e Sobral.

2.1. As irregularidades foram constatadas pela Controladoria-Geral da União no Estado do Ceará (CGU/CE), por ocasião da realização de auditoria de gestão nas contas da UFC no exercício de 2011. Após a instauração de sindicância administrativa pela Universidade, a comissão de tomada de contas especial concluiu pela responsabilidade, quanto ao débito, apenas da empresa contratada, Multempres Comércio e Serviços Audiovisuais e Informática Ltda., restringindo a responsabilização dos servidores envolvidos às sanções administrativas no processo administrativo disciplinar.

2.2. O prejuízo apurado inicialmente totalizou R\$ 1.318.202,2, composto de R\$ 754.459,62 referentes a refeições pagas sem qualquer lastro comprobatório; R\$ 357.344,00 advindos da diferença de preços de pagamentos por *coffee breaks* ou refeições pagos para eventos, em relação aos valores contratuais, os quais eram previstos apenas para as refeições diárias dos restaurantes universitários (RUs); R\$ 167.852,48 por pagamentos de serviços de sonorização/filmagem (sem amparo contratual); e R\$ 38.546,10 por divergência de cálculo na nota fiscal 25/2011. Descontando-se a retenção realizada pela UFC, conforme recomendado pela CGU, o débito efetivo seria de R\$ 672.595,87.

2.3. No âmbito desta Corte, tendo em vista que as apurações internas realizadas pela Universidade evidenciaram a coparticipação de servidores nos atos que acarretaram a ocorrência do dano, a unidade técnica promoveu a citação solidária de Luís Carlos Uchoa Saunders (Pró-Reitor de Administração), Maria Clarisse Ferreira Gomes (Pró-Reitora de Assuntos Estudantis), Joana D'Arc Cabral Figueiredo (Diretora do Departamento de Administração), Tânia Maria Lacerda Maia (Coordenadora do Restaurante Universitário) e Valderi Dias Ferreira Filho (Pregoeiro), além da

contratada, pelo débito de R\$ 652.805,47 (houve uma pequena correção no débito em função dos valores diferenciados para almoço no interior, peça 68, p. 98).

2.4. O Ministro-relator, ao analisar a proposta de mérito, entendeu haver necessidade de ajustes no débito, além de outras retificações, as quais foram realizadas e contaram com a anuência do MPTCU, resultando no acórdão ora recorrido.

EXAME DE ADMISSIBILIDADE

3. Reitera-se o exame de admissibilidade realizado pelo SAR/AudRecursos (peças 286-287), conhecendo-se do recurso, sem efeito suspensivo. A análise contou com a anuência do Ministro Relator (peça 290).

EXAME DE MÉRITO

4. Delimitação do exame

4.1. Constitui objeto do presente recurso definir se:

- a) houve prescrição;
- b) as sentenças judiciais apresentadas são aptas a reformar o acórdão recorrido; e
- c) houve proporcionalidade na aplicação da sanção.

5. Da prescrição

5.1. Em atendimento ao comando do § único do art. 10 da Resolução TCU 344/2022, cabe a análise da prescrição segundo esse normativo, porque se verificou ainda não ter sido realizada nesses termos no presente processo bem como porque não se passaram mais de cinco anos do trânsito em julgado (mais precisamente de sua publicação no diário oficial), motivo pelo qual o presente recurso de revisão foi admitido.

Análise

5.2. Nos termos do inciso IV do art. 4º da Resolução TCU 344/2002, o termo inicial da prescrição no presente caso seria a data do conhecimento da irregularidade por parte da CGU, registrada na Nota de Auditoria 201203088/02, com data de 27/4/2012 (peça 1, p. 10-26). Pois somente após isso é que a UFC instaurou comissão de TCE em 31/7/2012 (peça 1, p. 6).

5.3. Após, cabe a consideração dos seguintes atos interruptivos da prescrição principal, de forma não exaustiva:

- a) Relatório do Tomador de Contas Especial, em 4/6/2014 (peça 14, p. 316-320);
- b) Relatório de Auditoria 957/2014, em 20/6/2014 (peça 14, p. 326-340);
- c) Citação dos responsáveis em outubro/2015 (peças 35-42, 44-46, 49, 59 e 60), destacando-se o dirigido à recorrente (peça 38), com ciência em 9/10/2015 (peça 49);
- d) Instrução inicial de mérito em 11/4/2016 (peças 68-70);
- e) Realização de novas citações em março a junho/2018 (peças 90-99, 105-107, 109, 110, 114, 115 e 119-122), destacando-se o dirigido à recorrente (peças 96-97), com ciência em 13/4/2018 (peça 110);
- f) Acórdão 2.292/2019-TCU-Plenário na sessão de 18/9/2019 (peça 128).

5.4. Os atos acima elencados constituem, nos termos do previsto no art. 5º da Resolução TCU 344/2022, notificações (itens ‘c’ e ‘e’), atos inequívocos de apuração dos fatos (itens ‘a’, ‘b’ e ‘d’) e decisão condenatória recorrível (item ‘f’).

5.5. Quanto à prescrição intercorrente (art. 8º da referida resolução), essa deve se iniciar após o primeiro marco interruptivo da prescrição principal. Após 4/6/2014, conforme análise acima, não se verificou a passagem de mais de três anos entre um ato citado e o próximo, os quais também servem para interromper essa modalidade prescricional. Dessa forma, não houve prescrição nos autos nos termos da Resolução TCU 344/2022.

6. Das sentenças judiciais apresentadas

6.1. A recorrente entende que, em função de ter apresentado duas sentenças judiciais que indicam a inexistência de dolo, má-fé ou culpa, a decisão do TCU precisa ser revista. Mesmo que se defenda a independência de instâncias, considera ser necessário o cotejo das conclusões apresentadas pelos juízes e pelos membros do Ministério Público Federal (MPF), as quais teriam apontado: sua falta de ingerência na elaboração do Termo de Referência e que os adicionais nas notas fiscais eram atrelados a eventos e a ordens de seus superiores.

6.2. Quanto ao processo de improbidade administrativa 0006759-60.2014.4.05.8100, destaca trechos nos quais a autoridade judiciária teria entendido acerca da ausência de desonestidade, dano ao erário, vantagem ilícita e de favorecimento à empresa contratada.

6.3. Quanto ao processo penal 0001572-03.2017.4.05.8100, destaca trecho que trata especificadamente de suas condutas, constando da sentença que, quanto à dispensa de licitação, se houve falha, teria sido gerencial, mas não falha com repercussão penal; quanto ao termo de referência com aumento de quantitativo, que não há prova de quem o confeccionou; quanto a cláusulas questionadas do edital, que não seriam desarrazoadas; que não houve prova da desqualificação indevida de outra empresa; e que não haveria prova suficiente para a irregularidade de emissão de notas fiscais com quantitativos de refeições a maior.

6.4. Embora entenda que a corrente majoritária de jurisprudência considera a improbidade administrativa como tendo natureza civil, citando a respeito a ADI 2797 STF, defende que, independentemente da natureza jurídica da ação de improbidade administrativa, ela possa irradiar efeitos sobre todas as esferas (civil, penal e administrativa).

6.5. Reconhece que o ordenamento jurídico exige conclusão acerca da inexistência de fato ou negativa de autoria para que a esfera penal ou civil atinja a administrativa. Entende ter havido inexistência de fato consubstanciada na inexistência de conduta ilegal de sua parte.

6.6. Discorre sobre as exigências legais para a configuração de improbidade administrativa. Cita doutrina e jurisprudência aludindo à necessidade de dano ao erário e de má-fé, além de culpa ou dolo para a configuração de improbidade administrativa; à teoria do formalismo moderado (consideração de outros princípios além do cumprimento da lei) ao destacar valor da boa-fé e segurança das relações estabelecidas; e ao princípio da presunção de inocência.

6.7. São anexadas as sentenças nos referidos processos judiciais (peças 282 e 283) e o posicionamento do MPF referente à ação de improbidade administrativa (peças 284 e 285).

Análise

6.8. A recorrente apresenta como novos elementos para ensejar o recurso de revisão duas sentenças judiciais a seu favor. Demonstrar-se-á como essas decisões judiciais não possuem efeito coercivo sobre a presente TCE, bem como que não há nelas análises ou elementos aptos a alterar o acórdão recorrido.

6.9. Como a própria recorrente reconhece, a vinculação necessária neste âmbito só ocorreria por negativa de autoria ou inexistência do fato (art. 126 da Lei 8.112/1990 e art. 935 do Código Civil). No entanto, não há nada que declare expressamente a negativa de autoria ou inexistência dos fatos nos extratos judiciais apresentados (peças 282 e 283).

6.10. Observa-se que boa parte da fundamentação da sentença do processo de improbidade administrativa se refere àquela copiada da ação penal (peças 282, p. 2-11). Portanto, o trecho a seguir consta das duas ações, e trata do contexto geral das irregularidades e não apenas de um ponto. O que se vê nele é uma **margem de dúvida** sobre autoria e materialidade. No trecho a seguir, no qual são grifadas expressões que expressam falta de certeza, verifica-se também que um dos motivos para isso foi Joana D'Arc não ter sido arrolada como ré no processo de improbidade, dificultando o estabelecimento de sua culpa e seu papel nas irregularidades, o que acabou potencialmente beneficiando os demais réus:

‘(...) não sendo nada levantado que construa convicção quanto aos réus, **impossível se**

acrescentar dados que em sinergia conduzam a certeza quanto à atividade ilícita. Das oitivas e depoimentos dos réus, exsurge-nos muito sintomática a conduta de Joana D'Arc, que parece ter extrapolado em alguns momentos, mas por não participar do processo como ré, não se tendo construído provas contra a mesma e estabelecidos pontos de contato com os demais réus, **torna-se difícil avalizarmos com a certeza que o caso requer a culpa, com sua materialidade e autoria, importando aos demais réus conclusões conjuntas.**' (peça 282, p. 8 ou peça 283, p. 18, grifado)

6.11. O MPF por sua vez, em trecho transcrito na fundamentação da ação de improbidade, não eliminou a possibilidade de violação da lei: 'A verdade é que, sendo legal ou não esse pagamento, não parece ter havido o dolo de desviar dinheiro, mas sim a contraprestação por um serviço que parece ter sido prestado' (peça 282, p. 14).

6.12. A ilegalidade possui um espectro mais amplo do que a improbidade administrativa, sendo certo que a ação de controle externo esteja antes associada à aquela do que a essa. Ademais, o agente público pode ser pessoalmente responsabilizado não só em caso de dolo, mas também de erro grosseiro (art. 28 da LINDB), diferentemente da situação de improbidade, a qual efetivamente requer o dolo, conforme alteração promovida pela Lei 14.230/2021.

6.13. Na parte final da fundamentação da sentença dessa é citado o princípio do *in dubio pro reu* (peça 282, p. 15), de forma que não houve uma negativa expressa das irregularidades, mas, ao contrário, apenas não se considerou ter havido tipificação do crime de improbidade administrativa, nos termos da Lei 8.429/92. A afirmação do juiz quanto à 'inabilidade ou despreparo dos réus' (peça 282, p. 14) permite a configuração de erro grosseiro, nos termos da análise antes apresentada.

6.14. A ação penal, referente a crimes da Lei 8.666/1993 e do art. 312 do Código Penal (peça 283, p. 2), também não negou os fatos, mas sim considerou não haver provas suficientes para uma condenação penal: 'Em suma, **apesar da possibilidade do quanto denunciado em alguns pontos poder ser verdadeiro**, não disponho das provas que entendo minimamente razoáveis e suficientes para uma condenação, pelo que a absolvição se impõe' (peça 283, p. 22, grifado).

6.15. Embora em alguns momentos as análises judiciais possam ter negado a ocorrência de dolo ou de dano ao erário, entende-se que essa análise se baseou sob o paradigma e a premissa das exigências de âmbito penal, onde há penas mais severas tais como detenção e reclusão, mas não houve, nas sentenças, negativa de fato ou de autoria de maneira expressa apta a desconstituir a presente TCE. Resta esclarecida, portanto, a não extensão obrigatória das decisões do âmbito penal para o presente processo.

6.16. Por outro lado, com a devida vênia, observou-se que alguns elementos poderiam ter recebido um peso probatório maior nas análises judiciais. Para não discorrer extensamente sobre os fatos, apenas alguns pontos serão comentados, visto que os autos já contam com análises detalhadas e minuciosas. Além disso, o recurso de revisão foi oposto por apenas uma das recorrentes, não sendo necessário, portanto, discorrer sobre elementos que não tratam de suas condutas.

6.17. As três parcelas que permaneceram no débito constam da análise da última instrução de mérito (peça 125, p. 39). A maior delas, de R\$ 734.669,22, trata de **refeições sem qualquer respaldo em comprovações documentais** (com um pequeno ajuste em relação ao levantamento inicial, de R\$ 754.459,62, em função do preço diferenciado de refeições no interior). Também a parcela de R\$ 38.546,10 se refere a quantitativo sem qualquer comprovação.

6.18. Portanto a afirmação de não ter se demonstrado ter havido dano ao erário, constante apenas da ação de improbidade (peça 282, p. 14), não possui respaldo nos presentes autos.

6.19. **Todos os serviços com comprovação de prestação foram considerados no débito.** Foram até mesmo considerados alguns serviços sem qualquer relação com o objeto contratual, de natureza audiovisual, que era o ramo original da empresa contratada: a parcela de R\$ 167.852,48 foi retirada do débito (peça 125, p. 7 e 39), o que nos remete à questionável situação de se contratar, de forma emergencial, para o fornecimento de alimentos, uma empresa do ramo audiovisual que apenas à época dessa contratação é que inseriu o ramo alimentício em seus serviços. Consta da ação penal:

‘Em suma, fora o quanto já descrito acima, em ordem cronológica e várias vezes nos volumes em apenso, para uma melhor panorâmica, observamos que: (...)’

(iii) em 15/06/2011, no 4º aditivo do Contrato Social da MULTEMPRESA é incluída ‘atividade alimentícia’;’ (peça 283, p. 10)

6.20. Segundo os autos, essa inclusão foi há menos de oito dias da realização do pregão então previsto (peça 1, p. 14, item 9.1), mas que acabou sendo revogado. Cerca de um mês depois dessa inclusão de atividade, e após realizar alguns orçamentos, a recorrente solicita a contratação emergencial da empresa Multempres para o fornecimento das refeições dos RUs (peça 1, p. 208-210).

6.21. Na maioria das notas fiscais de 2011, inclusive, consta o nome fantasia anterior da empresa: Multempres Comércio e Serviços Audiovisuais e Informática Ltda. (peça 1, p. 184-192). Não só o ramo da empresa mudou na época da contratação como seus sócios: houve saída de seu grupo de sócios da irmã de uma das responsáveis em 22/6/2011 (peça 1, p. 94).

6.22. Há ainda diversos outros indícios de irregularidades. Caso o pregoeiro não tivesse permitido mais de um mês, após a fase de lances, em 22/6/2011 (peça 1, p. 10), de prazo para aceitar a habilitação da empresa Multempres, em 26/7/2011, fato que suscitou recurso das outras licitantes (peça 1, p. 12-14), não haveria a citada urgência para a contratação com dispensa. Nesse sentido, também se entende como potencialmente indevida a retirada do pregoeiro do grupo de responsáveis dos autos.

6.23. Verifica-se que houve valoração também, na ação penal, da alegada urgência em função do início do semestre letivo: ‘Bom, o que temos é uma situação concreta, em que o semestre letivo se aproxima e demanda ação administrativa, para que se possa garantir ao corpo discente a alimentação que se lhe destina como política educacional’ (peça 283, p. 19), mas sem analisar essa cronologia apontada que indica demora por parte dos responsáveis em concluir o pregão de 2011.

6.24. Também não se sabe por que a recorrente não realizou as outras duas cotações para a contratação emergencial junto às participantes do então pregão, ISM Gomes de Mattos (04.228.626/0001-00) e CWM Coelho de Alencar (07.135.428/0001-90), ambas as quais contêm a seguinte atividade econômica: ‘56.20-1-01 - Fornecimento de alimentos preparados preponderantemente para empresas’. Ao contrário, a recorrente preferiu (peça 1, p. 224-226) realizar cotação junto à Panificadora e Confeitaria Lisboa (05.786.075/0001-63), que tem como atividades econômicas padaria, confeitaria, serviços de alimentação para eventos e lanchonete. É evidente a adequação maior das duas outras para o objeto contratual. Aliás, todas essas empresas estão com situação ativa e regular atualmente, afora a Multempres, que está em situação inapta desde 29/1/2019 por omissão de declarações (todas consultas no site da RFB, em 17/2/2025).

6.25. A sentença penal valorou a informação relatada pelos então réus de falhas nas catracas, o que resultou em dúvida quanto ao cálculo de refeições pagas com quantitativos superfaturados: ‘(...) outra questão é a dificuldade na contagem de comensais e eventos servidos, números de frequentadores no RU e quebra de catracas e acessos feitos (peça 283, p. 22), análise citada na outra ação (peça 282, p. 10).

6.26. No entanto, nos dias em que houve falha nos sistemas, as falhas constam registradas no respectivo Demonstrativo Diário de Refeições Servidas por *campus* (peça 1, p. 317, 332 e 342, por exemplo), de modo que se entende a ausência dessas informações nos relatórios diários como significando funcionamento regular do sistema de acesso.

6.27. É bastante elementar que seja possível de se realizar registros no papel, de forma analógica, não sendo razoável que não haja um procedimento de controle do número de usuários do restaurante para o caso de problemas recorrentes no sistema de catraca ou de acesso. Ou seja, se esperaria de um gestor cuidadoso que desenvolvesse esse procedimento para fins do adequado controle e zelo pelos recursos públicos, para evitar pagamentos a maior ou a menor de refeições.

6.28. Inclusive, no relatório do total do mês de agosto de 2011, consta a seguinte informação: ‘Em virtude de falha no sistema de acesso neste mês, devem ser incluídos: no dia 22/8, 2.600 almoços

no Pici e no dia 22/8, 1.500 almoços no Benfica' (peça 1, p. 286). Resta claro que havia um controle de refeições, independentemente no funcionamento do sistema de acesso, e é bastante plausível de se concluir que, em agosto de 2011, apenas um dia, em dois *campi*, houve problemas no sistema de acesso, pois do contrário, haveria mais informações a respeito na contabilização do relatório mensal.

6.29. Portanto, o fato de existir algum problema de acesso não seria um motivo para desmerecimento das contagens de refeições levantadas pela CGU e pela comissão de TCE a partir de documentos primários comprobatórios, visto que também havia contagem analógica e manual, a qual seria exigível, conforme mencionado, de ser garantida por um gestor zeloso em caso de impossibilidade de se contar com a contagem eletrônica.

6.30. Houve o reconhecimento de refeições fornecidas fora da rotina dos RUs para alguns eventos (peça 13, p. 270-272), mas exigindo-se o débito do excedente em relação aos preços contratuais, o que se mostra bastante razoável.

6.31. Seria uma concessão desmedida ao formalismo moderado isentar os responsáveis do pagamento de R\$ 357.344,00, permitindo-se o pagamento de eventuais alimentos onerosos (e coquetéis sem conexão com a finalidade de alimentar os universitários e demais usuários dos RUs) em detrimento dos valores efetivamente estabelecidos no contrato, que era de natureza emergencial e firmado com empresa sem tradição no ramo alimentício e com conexão familiar com uma das responsáveis (peças 1, p. 16 e 94).

6.32. Portanto, além de as sentenças apresentadas não terem negado autoria ou fatos de forma expressa, minimizaram o poder probatório de diversos elementos dos autos que confirmam não só o débito sob exigência, mas também apontam para o favorecimento da empresa Multemprex quando do pregão, e a preferência por sua contratação na fase de dispensa.

7. Da proporcionalidade da sanção

7.1. A recorrente cita o art. 22 da LINDB, afirmando que já sofreu sanções (três meses de salários retidos e valores em conta bloqueados), que precisam ter sido consideradas na aplicação de novas sanções, conforme o § 3º de tal artigo. Cita também o inciso VI do art. 2º da Lei 9.784/1999 sobre a proporcionalidade da sanção aplicada.

7.2. Como não teria havido, de sua parte, má-fé, dano ao erário ou ao interesse público ou obtenção ilegal de vantagens, e em face da ausência de antecedentes e das decisões judiciais, não deveria ser excessivamente apenada.

7.3. Afirma que atuava como gestora do contrato e não como fiscal, sem poder decisório sobre os processos de pagamento. Que confiou, de boa-fé, na legalidade de instruções de seus superiores, que não entendeu como inverídicas as informações das notas fiscais, que não tinha conhecimento dos eventos faturados sem lastro contratual, mas que depois de ocorridos tais eventos, o não pagamento ensinaria enriquecimento ilícito da Administração.

Análise

7.4. Uma das obrigações básicas do servidor federal é não obedecer a ordens manifestamente ilegais. Observa-se que a recorrente possuía cargo de nível superior, sendo Coordenadora dos Restaurantes Universitários (RU) da UFC, concursada desta universidade desde 2005 como contadora (<https://portal.datransparencia.gov.br/servidores/2904206>, acesso em 13/2/2025), tendo obtido grau de Mestrado em 2008 na área de gestão de RU (https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/2857/1/2008_dis_TMLMaia.pdf, acesso em 13/2/2025). Portanto, não era uma pessoa com baixo nível informacional acerca da instituição onde trabalhava, das leis do serviço público ou mesmo da gestão de restaurantes universitários.

7.5. As três parcelas remanescentes do débito (peça 125, p. 39, Tabela 20) possuem relação com as notas fiscais pessoalmente atestadas pela recorrente de agosto/2011 a fevereiro/2012 (peça 1, p. 184-194 e 202). São notas que envolvem quantitativos sem respaldo nos demonstrativos diários dos RUs (ajustados manualmente nos dias em que o sistema não funcionou), mesmo aceitando-se os eventos atendidos (peças 3, p. 172-176 e 4, p. 140-152).

7.6. Dado o seu cargo e sua função, não é possível alegar que desconhecia as regras contratuais específicas do objeto contratado por dispensa, a legislação básica de contratação pública, e elementos básicos de controle e gestão dos restaurantes universitários e para ateste de notas fiscais. Foi a pessoa que de fato atestou as notas independentemente de designação formal. Portanto sua culpabilidade resta evidenciada e o art. 22 da LINDB não lhe socorre, estando caracterizado o erro grosseiro, nos termos do art. 28 da mesma lei, ao realizar os atestes, como Coordenadora dos RUs, que permitiram o pagamento com superfaturamento de quantitativos.

7.7. Observa-se que a recorrente recebeu a multa de menor magnitude entre os responsáveis sancionados e que foi no montante de cerca de 10% do débito apurado (já descontando as retenções), enquanto o art. 57 da Lei 8.443/1992 permite aplicação de multa de até 100% do débito. Portanto, não se observou desproporcionalidade na aplicação da sanção. Quanto à alegada sobreposição de sanções, não forneceu informações suficientes para que fosse verificada.

CONCLUSÃO

8. Em que pese a recorrente ter sido inocentada em duas sentenças judiciais relativas às mesmas ocorrências, verificou-se não a negativa de autoria ou dos fatos, mas margem de dúvida e provas insuficientes para os fins penais, com aplicação do princípio *in dubio pro reu*, mantendo-se, portanto, a independência de instâncias.

8.1. Apontou-se também como as sentenças não contêm elementos de análise aptos a alterar o acórdão recorrido, mas, pelo contrário, deixaram de analisar em profundidade algumas provas que poderiam ter confirmado as irregularidades examinadas nesta TCE.

8.2. Há, nos autos, extensa e minuciosa análise da execução contratual em discussão, estando plenamente caracterizado o envolvimento da recorrente com o débito apontado, visto que atestou todas as notas fiscais que contêm os pagamentos irregulares.

8.3. Não se verificou a prescrição nem desproporcionalidade na sanção aplicada.

8.4. Sendo assim, se propõe negativa ao presente recurso.

PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO

9. Ante ao exposto, submetem-se os autos à consideração superior, propondo-se, com fundamento nos arts. 32, inciso III, e 35 da Lei 8.443/1992:

a) conhecer do recurso de revisão, negando-lhe provimento; e

b) informar à recorrente e demais interessados do acórdão a ser proferido, destacando que o relatório e o voto que o fundamentam podem ser acessados por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.”

É o relatório.

VOTO

Trata-se de recurso de revisão interposto por Tânia Maria Lacerda Maia contra o Acórdão 2.292/2019-TCU-Plenário (peças 208-210), por meio do qual este Tribunal julgou irregulares as contas da recorrente, imputou-lhe débito solidário e aplicou-lhe multa.

2. A origem do processo é uma tomada de contas especial (TCE) instaurada em razão de possíveis fraudes e superfaturamento na execução de contrato de fornecimento de refeições na Universidade Federal do Ceará (UFC), com irregularidades relacionadas à Dispensa de Licitação 83/2011. A condenação da responsável se deu pelo envolvimento com o débito apontado, principalmente por ter atestado notas fiscais que continham pagamentos irregulares.
3. A responsável interpôs recurso de reconsideração, em conjunto com Clarisse Ferreira Gomes, contra o Acórdão 2.292/2019-TCU-Plenário. Tal recurso foi objeto de análise desta Corte de Contas, resultando no Acórdão 466/2022-TCU-Plenário (peças 212-214), que manteve a decisão original inalterada.
4. Na atual fase, em nova espécie recursal, a responsável busca reformar o Acórdão 2.292/2019-TCU-Plenário com base em três argumentos principais (peça 281). Primeiramente, a defesa alega o cabimento e a tempestividade do recurso, fundamentado na superveniência de documentos novos, a saber: as sentenças absolutórias proferidas em seu favor em ação civil de improbidade administrativa (processo nº 0006759-60.2014.4.05.8100) e em ação penal (processo nº 0001572-03.2017.4.05.8100).
5. Em segundo, no mérito, a recorrente sustenta que as decisões judiciais, ao negarem a existência de dolo, má-fé e dano ao erário, desconstroem a tese de ilegalidade que deu causa ao julgamento irregular de suas contas, com imputação de débito e aplicação de multa. A responsável argumenta que as sentenças comprovam que sua atuação foi de boa-fé e seguindo orientações de superiores hierárquicos, o que deveria vincular a decisão administrativa.
6. Por fim, solicita, de forma principal, a tutela provisória de urgência para suspender os efeitos da multa e, no mérito, a exclusão total das sanções. Alternativamente, pede a redução da penalidade, com base nos princípios da razoabilidade e proporcionalidade, dada a ausência de dolo e a boa-fé comprovada em juízo.
7. A Unidade de Auditoria Especializada em Recursos (AudRecursos) e o Ministério Público junto ao TCU (MPTCU) manifestaram-se pelo conhecimento do recurso e, no mérito, pela negativa de provimento. As manifestações ressaltam a tese da independência das instâncias e a

subsistência do ilícito administrativo, independentemente da absolvição nas esferas cível e penal.

8. O *Parquet* especializado concordou, ainda, com a análise sobre a não ocorrência da prescrição e reforçou que o princípio da independência das instâncias deve ser mantido, uma vez que a absolvição na esfera penal não se baseou na inexistência de fato ou negativa de autoria.
9. Feito o breve resumo, passo a decidir.
10. Preliminarmente, ratifico o conhecimento do recurso por preencher os requisitos de admissibilidade previstos nos arts. 32, inciso III, e 35 da Lei 8.443/1992. Quanto ao mérito, acolho integralmente o encaminhamento sugerido pela AudRecursos e pelo Ministério Público junto ao TCU, motivo pela qual incorporo seus fundamentos às minhas razões de decidir, sem prejuízo dos argumentos que passo a expor.
11. A responsável alega, inicialmente, a ocorrência de prescrição. A tese não prospera. Conforme a análise da unidade instrutora, o prazo prescricional, no caso, teve seu termo inicial na data do conhecimento da irregularidade pela Controladoria-Geral da União (CGU), em 27/4/2012. A partir daí, o curso do prazo foi interrompido por atos inequívocos de apuração e notificação dos responsáveis, como o Relatório do Tomador de Contas (4/6/2014), as citações dos responsáveis em 2015 e 2018, e a prolação da decisão condenatória recorrível (18/9/2019).
12. A análise da AudRecursos (item 5 da instrução transcrita no relatório) demonstra que não houve lapso temporal superior a cinco anos entre o marco inicial e o primeiro ato de apuração, nem paralisação processual por mais de três anos a justificar a prescrição intercorrente. Desse modo, afasta-se a ocorrência da prescrição, nos termos da Resolução-TCU 344/2022.
13. Em relação às sentenças judiciais apresentadas como "documentos novos", entendo que não são aptas a alterar o julgado desta Corte. A tese central da recorrente, de que as sentenças judiciais teriam o condão de reverter a sua condenação neste Tribunal, não merece prosperar. A jurisprudência consolidada do TCU e do Supremo Tribunal Federal (STF) é pacífica no sentido de que as instâncias administrativa, civil e penal são independentes. A decisão de uma esfera só vincula as demais nos casos de decisão pela inexistência material do fato ou de negativa de autoria.
14. Ao analisar as sentenças judiciais anexadas ao recurso, torna-se evidente que a absolvição de Tânia Maria Lacerda Maia não se deu pela inexistência dos fatos, mas sim por ausência de dolo e de provas suficientes para a condenação. Ambas as decisões judiciais reconhecem a ocorrência das irregularidades, como o superfaturamento e os pagamentos

indevidos. O juízo penal é explícito ao afirmar que “apesar da possibilidade do quanto denunciado em alguns pontos poder ser verdadeiro, não disponho das provas que entendo minimamente razoáveis e suficientes para uma condenação, pelo que a absolvição se impõe” (peça 283, p.22).

15. Com base na sentença da ação de improbidade (peça 282), a absolvição de Tânia Maria Lacerda Maia foi motivada pela falta de provas de dolo ou má-fé. Pela decisão, a análise de sua conduta revela que ela não agiu com intenção de causar dano ou obter vantagens indevidas. Em seu interrogatório, Tânia afirmou ter ficado “espantada” com a majoração dos valores nas notas fiscais, declarando que o ateste foi realizado por orientação de seus superiores hierárquicos. O juízo considerou que a conduta poderia ser vista, no máximo, como “inabilidade e/ou despreparo”, mas não como um ato de improbidade administrativa. A decisão segue no sentido de que não houve demonstração de “ato doloso com fim ilícito” e que, diante da “carência de provas”, a absolvição se impunha, reforçando o princípio do *in dubio pro reu*.
16. Já a sentença penal (peça 283) reforça o que foi identificado na sentença de improbidade: a absolvição não se deu pela inexistência do fato (as irregularidades, como superfaturamento, de fato ocorreram), mas pela ausência de provas de que ela agiu com a intenção criminosa **exigida para a condenação penal**. Para o julgamento administrativo, considero que os documentos que fundamentaram a decisão recorrida são suficientes para sua apenação.
17. Além das sentenças e de pareceres ministeriais, não houve apresentação de outra documentação que pudesse afastar ou reformar o Acórdão 2.292/2019-TCU-Plenário, conforme frisou o representante do MPTCU em seu parecer (peça 297):

2. No mérito, importa consignar que a condenação da responsável decorreu das irregularidades indicadas na instrução constante da peça 32, p. 74, abaixo reproduzidas:

b.4.1) Teve participação na realização da Dispensa de Licitação 83/2011 em que foram detectadas as impropriedades abaixo especificadas, identificadas pela Controladoria-Geral da União/Secretaria Federal de Controle Interno, pela Comissão de Sindicância constituída pelas Portarias 1.348/2012 e 1.652/2012, pela Comissão de Processo Administrativo Disciplinar constituída pela Portaria 2.606/2012 e pela Comissão de Tomada de Contas Especial constituída pelas Portarias 2.593 e 2.607/2012, caracterizadoras de restrição ao caráter competitivo e violação dos princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da probidade administrativa e do julgamento objetivo, em descumprimento ao art. 3º e 46, inciso IV da Lei 8.666/1993, configurando fraude à licitação nos termos previstos no art. 90 da mesma lei:

b.4.1.1) inserção de propostas de preços alinhadas provenientes das empresas Nutri Ltda. e Padaria/Confeitaria Lisboa Ltda., com vistas a beneficiar a empresa Multemprex Ltda.;

- b.4.1.2) apresentação de proposta de preço com data retroativa para compor montagem de processo de dispensa de licitação 83/2011, nos moldes declarados pelo representante legal da empresa Multemprex Ltda.;
- b.4.1.3) inclusão no processo de dispensa de licitação 83/2011 de proposta de preços não reconhecida por sócio-administrador de empresa licitante como sendo de sua autoria, com o agravante da falsificação da sua assinatura;
- b.4.1.4) inserção das propostas das empresas Multemprex Ltda. e Nutri Ltda. com a mesma diagramação, inclusive com grau de semelhança na parte final das assinaturas dos responsáveis pelas empresas;
- b.4.2) Atestou notas fiscais com valores majorados, sem o devido cuidado de conferir os valores nelas apostos, gerando, assim, pagamentos por serviços não prestados:
- b.4.2.1) Nota Fiscal 25/2012 em valor superior aos quantitativos de refeições informadas, no valor de R\$ 38.546,10;
- b.4.2.2) refeições em eventos em valores superiores ao previsto em contrato, no montante de R\$ 357.344,00;
- b.4.2.3) serviços sem amparo contratual no montante de R\$ 167.852,48 (seminários, feiras, solenidades, festival, encontro, evento esportivo, etc.); e
- b.4.2.4) quantitativos de refeições superiores aos efetivamente solicitados pelo Restaurante Universitário, no montante de R\$ 754.459,62.

6. Sobre os pontos acima indicados, **a recorrente nada juntou que possa afastar as irregularidades identificadas pela CGU, as quais remanesceram após apresentação de alegações de defesa no âmbito do TCU.** Na condição de Coordenadora do Restaurante Universitário, a Sra. Tânia Maria Lacerda Maia teve participação no processo que resultou na contratação da empresa solidariamente condenada pelo débito, além de ter atestado notas fiscais que levaram a pagamentos indevidos (grifei).

- 18. Cumpre esclarecer que a responsabilidade de Tânia na esfera administrativa decorre do seu papel de gestora e da inobservância do dever de cuidado. Conforme bem destacou a unidade especializada (itens 6.8 a 6.32 da instrução transcrita no relatório), a cronologia dos eventos indica demora dos responsáveis em concluir o pregão de 2011, o que, por sua vez, criou a suposta urgência para a contratação por dispensa.
- 19. Além disso, a documentação da TCE evidencia que a recorrente preferiu cotar preços com uma panificadora em vez de outras duas empresas do ramo alimentício que participaram do pregão. A unidade especializada também rememora a própria situação da empresa contratada, Multemprex, que era originalmente do ramo audiovisual e só incluiu a atividade alimentícia em seu contrato social a menos de oito dias do pregão. Houve, ainda, a saída da irmã de uma das responsáveis do quadro societário da empresa pouco antes do início da execução contratual.
- 20. Por fim, a AudRecursos refutou a alegação de falhas nas catracas que teriam impossibilitado a contagem correta das refeições. Mesmo com problemas no sistema eletrônico, os registros diários comprovam que a contagem manual era possível. A ausência de registros manuais nos demais dias, portanto, sugere o funcionamento regular do sistema ou, no

mínimo, a falha em um procedimento elementar de controle que seria exigido de um gestor zeloso.

21. Como adiantado, os elementos de prova constantes destes autos, não afastados pelas decisões judiciais, são robustos para amparar a decisão adotada, uma vez que os argumentos trazidos não são suficientes para desconstituir as irregularidades e o débito apurado pelo TCU.
22. Em sua peça recursal, a responsável concentra seus argumentos de defesa na ausência do elemento subjetivo (dolo e má-fé) e na ausência de dano ao erário nas sentenças judiciais. Ela tenta usar a visão dos juízes, que consideraram sua conduta como "inabilidade" em vez de dolo, para reverter a decisão do TCU, argumentando que a condenação administrativa não deveria subsistir sem a intenção de cometer o ilícito.
23. Sobre a relevância da vontade, da intenção, Marçal Justen Filho, em “Curso de Direito Administrativo” (16 ed., 2025), diferencia a sua natureza no ato administrativo em relação aos atos jurídicos de direito privado:

“A vontade no ato administrativo é diversa daquela verificada quanto aos atos jurídicos de direito privado. O ato jurídico de direito privado é uma manifestação da vontade autônoma. Já o ato administrativo é uma manifestação da vontade funcionalizada”.

24. No ato administrativo, a vontade é unilateral e imperativa, emanada da Administração Pública para servir ao interesse público, sem depender da concordância de terceiros. Já no Direito Penal, a ênfase é na vontade do indivíduo, onde a intenção (dolo) ou a negligência do agente são elementos fundamentais para a caracterização de um crime. De tal modo, não é cabível afirmar que, por não haver dolo, não teria havido o ilícito administrativo. Nesse ponto, a análise também abarca o erro grosseiro.
25. A nova redação da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (Lindb), com o acréscimo da Lei nº 13.655/2018, estabelece que o agente público só será responsabilizado por dolo ou erro grosseiro. A conduta da recorrente, embora não tenha sido considerada dolosa pelas instâncias judiciais, se enquadra no conceito de erro grosseiro, pois se distancia do padrão de diligência esperado de um "administrador médio".
26. No caso concreto, ao coordenar um restaurante universitário, o ateste de notas com valores majorados e a falta de fiscalização adequada não são apenas meras falhas, mas um desvio do nível de diligência que um profissional de sua qualificação e cargo deveria empregar.
27. Cumpre reforçar que o princípio da independência das instâncias permite que o TCU, como órgão de controle, faça a sua análise com base na irregularidade administrativa ou no dano ao erário, pois a falta de provas para um crime não

significa a inexistência do ilícito administrativo. O débito imputado subsiste, pois a conduta residual é suficiente para a responsabilização na esfera de controle externo.

28. Por fim, não se configura desproporcionalidade na sanção aplicada. A multa de R\$ 50.000,00, imposta à recorrente, foi o menor valor entre os responsáveis e é proporcional ao débito apurado, conforme bem ponderado pela AudRecursos. A sanção representa cerca de 10% do débito, valor significativamente inferior ao limite de 100% do dano permitido pelo art. 57 da Lei 8.443/1992. Portanto, não há que se falar em excesso ou desproporcionalidade.

Ante o exposto, VOTO para que o Tribunal adote o Acórdão que ora submeto à deliberação deste Colegiado.

TCU, Sala das Sessões, em 8 de outubro de 2025.

Ministro BRUNO DANTAS
Relator

ACÓRDÃO Nº 2320/2025 – TCU – Plenário

1. Processo nº TC 018.579/2014-0.
- 1.1. Apensos: 001.980/2023-8; 001.977/2023-7; 001.981/2023-4; 001.978/2023-3; 001.982/2023-0; 001.979/2023-0
2. Grupo I – Classe de Assunto: I – Recurso de Revisão (Tomada de Contas Especial)
3. Recorrente: Tânia Maria Lacerda Maia (105.075.583-91).
4. Relator: Ministro Bruno Dantas
5. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidades Técnicas: Unidade de Auditoria Especializada em Recursos (AudRecursos); Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).
8. Representação legal: Tirshen Maia Martins (26.333/OAB-CE), representando Tânia Maria Lacerda Maia.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se aprecia recurso de revisão interposto por Tânia Maria Lacerda Maia contra o Acórdão 2.292/2019-TCU-Plenário, por meio do qual o Tribunal julgou irregulares suas contas no tocante à tomada de contas especial (TCE) instaurada pela Universidade Federal do Ceará (UFC), em razão de possível fraude e superfaturamento na execução contratual referente à Dispensa de Licitação 83/2011, promovida para o fornecimento de refeições aos alunos dos Campi de Fortaleza (Pici, Benfica e Labomar), Quixadá, Cariri e Sobral), imputando-lhe débito em solidariedade com outros responsáveis e aplicando-lhe multa no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais),

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento nos arts. 32, inciso III, e 35 da Lei 8.443/1992, conhecer do recurso de revisão e, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo-se inalterado o Acórdão 2.292/2019-TCU-Plenário;

9.2. dar ciência deste acórdão à recorrente.

10. Ata nº 40/2025 – Plenário.

11. Data da Sessão: 8/10/2025 – Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2320-40/25-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Vital do Rêgo (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Bruno Dantas (Relator), Jorge Oliveira, Antonio Anastasia e Jhonatan de Jesus.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: Marcos Bemquerer Costa.

(Assinado Eletronicamente)

VITAL DO RÊGO

Presidente

(Assinado Eletronicamente)

BRUNO DANTAS

Relator

Fui presente:

(Assinado Eletronicamente)

CRISTINA MACHADO DA COSTA E SILVA

Procuradora-Geral